



Ata da Reunião Ordinária

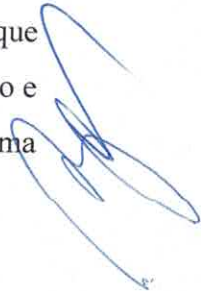
Data: 14/04/2021

Horário de Início: 14 horas

Local: Auditório do 7ª andar do Paço Municipal

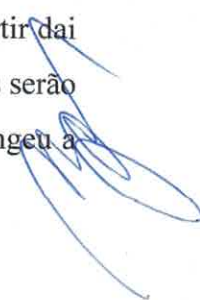
Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, Manara dá início a plenária, cumprimenta aos que estão presencialmente e aos que estão via remota. Como primeiro assunto da pauta é a aprovação das atas de reuniões de dez de dezembro de dois mil e vinte e um e de nove de abril de dois mil e vinte e um. Pergunta se alguém tem alguma consideração ou ressalva a fazer. Nenhum voto contrário ou abstenção as atas foram aprovadas por unanimidade. Comunica que o conselheiro Jeferson Rocha fez uma solicitação para que a Petrobrás apresente o seu plano de contingência. Informa que teve um retorno da gerência da Revap engenheira Camila informando que estão ainda com algumas dificuldades mas que farão a apresentação solicitada na próxima reunião em treze de maio próximo. Manara faz uma inversão de pauta onde passa aos membros do conselho o reconhecimento pela Fundação Arbor Day da FAO, vinculado a ONU dentro de um programa que chama Tree Cities onde São José foi novamente reconhecida como uma Cidade Árvore. Em dois mil e dezanove São José já havia sido contemplada por essa mesma honraria. Esse é um programa mundial e no ano dois mil e dezanove foram dezanove países que foram avaliados. E agora, no ano de dois mil e vinte foram sessenta e três países que foram avaliados. Então em razão desse reconhecimento em várias mídias e 120 cidade receberam essa honraria. Lembrando que ela atende pela gestão, são cinco critérios que define a elegibilidade e que tratam da gestão da arborização urbana no município. Manara sente-se muito gratificado e parabeniza toda a equipe da DGA que atua na questão da arborização. Agradece também ao empenho e apoio da Secretaria de Manutenção da Cidade e da Urban, que tem os esforços operacionais de auxiliar, mas é uma honraria de muita satisfação e a certeza de que estamos no caminho certo. Aproveita o tema da arborização e pede que Andréa faça a apresentação sobre a continuidade do cadastramento arbóreo. Andrea cumprimenta a todos e inicia sua apresentação sobre o cadastramento das árvores em vias públicas, áreas verdes e praças. Informa que esse trabalho prevê que nós tenhamos um patrimônio arbóreo estimado em oitenta mil árvores, levantamento feito durante a elaboração do plano municipal de arborização em 2016. São muitas árvores, espécies, níveis de desenvolvimento, estado fitossanitário, enfim, um universo de informações que é preciso conhecer, para melhor gerir esse patrimônio. Dessa forma foi iniciado o cadastramento em junho de dois mil e vinte e um

dezembro. Nesse período foram nove mil árvores cadastradas e a partir de dois mil e vinte e um existe uma previsão de cadastramento de vinte mil árvores em doze meses. Com o celular se consegue fazer a leitura do QR Code. Dentro do sistema podem-se fazer também muitas pesquisas e obter outras informações. Andréa esclarece que com essas informações é possível saber se temos árvores com DAP muito grande, ou se queremos saber se temos árvores em condição fitossanitária complicada, essa vai ser uma excelente ferramenta para ajudar na gestão e ainda está em desenvolvimento. No momento o que temos no sistema árvores pronto a parte do cadastramento. O próximo passo será preparar a página para que se possa fazer os laudos dentro do sistema. Isso vai permitir uma integração de dados entre muitas secretarias. Nas árvores estão sendo colocada plaquinha com o QR Code, usando um sistema de fixação com cabo, para que em um segundo momento, quando a nova lei de arborização, ou que nós tenhamos uma permissão legal, possamos fixar as plaquinhas de outra forma. Os cabos, à medida que a árvore vai crescendo e quando chove mais as árvores têm um pico de desenvolvimento, então estamos passando em todas as árvores e afrouxando o cabo, trocando cabo, para evitar que haja prejuízo a saúde da árvore. Um trabalho que vem sendo realizado e percorremos todas as árvores, para que a gente não tenha nenhum problema de anelamento. A seguir Andréa apresenta o Geosanja que já está no site da prefeitura um banco de dados com os dados georreferenciados. Andréa em uma linha geral e abrangente mostra o trabalho com essa ferramenta agora de tecnologia que faz uma maior aproximação com a sociedade e um melhor trabalho na gestão. Manara agradece a apresentação e passa a palavra para Jeferson que pergunta de como que está essa demanda de vandalismo, de perda dessas placas nas árvores. Andréa responde que alguns casos foram observamos em alguns pontos da cidade onde foram identificadas que algumas plaquinhas já sumiram. Como já tem o cadastro, o ponto georreferenciado, será mudado o modo de fixação e reinstalar a plaquinha, uma nova placa, mas com as mesmas informações do cadastro. Como essa situação já era previsto, por essa razão foi usamos o cabo de aço, para dificultar, então, a retirada dessas placas das árvores. Jeferson faz uma sugestão para que o executivo municipal analise uma forma de compartilhar ou publicitar de uma forma mais abrangente essas ações. Parabeniza a Andrea e toda a equipe. Com a palavra Juarez informa que já tem elaborado no município de São José dos Campos, o plano municipal de arborização urbana. Essas ações conversam entre si, tanto a questão do cadastramento arbóreo que nós estamos fazendo das nove mil árvores e agora, com essa nova pegada de mais vinte mil e com a produção de sete mil e duzentos laudos, que vão ser feitos a partir desse mês. Essas iniciativas vêm em um encontro de um planejamento e isso faz parte do escopo de um projeto maior. A secretaria está intensificando um sistema



adequado de promover o plantio das espécies na cidade. Por exemplo, qual é o critério a ser utilizado para você determinar uma espécie a ser plantada nas vias públicas. As vezes esse critério não é tão técnico e enfrenta o problema lá na frente, de escolher a espécie errada, o porte errado. Então explica que já está sendo feito e desenvolvendo junto com o IPT um aplicativo, onde você vai inserir meia dúzia de informações, como largura da rua, largura da calçada, se tem algum problema físico no local, para que se consiga determinar a espécie adequada a ser colocada naquele determinado local. Uma meta a cumprir até dois mil e vinte nove, de cinquenta e cinco mil árvores plantadas. Agora com uma prévia contratação de onze mil árvores a serem plantadas, mas agora dentro desse novo olhar, desse novo critério, estabelecer o local adequado, para as mudas adequadas, as espécies adequadas para cada local. Avenidas mais largas podem receber mudas de porte maiores, ruas mais estreitas, árvores de porte menor, regiões da cidade que ainda não estão contempladas com um número significativo de árvores, serão privilegiadas. Iniciamos o ano passado, que é esse cadastramento, a ferramenta do Geosanja, o georreferenciamento, mas temos outras ações que nós estamos ainda trabalhando para ir concretizando essa política municipal de arborização. O vandalismo existe, com algumas placas tiradas. Esclarece que esse programa e o site de cadastramento foram desenvolvidos ano passado, junto com o pessoal da informática aqui da própria prefeitura. E graças à parceria com pessoal da informática podemos ter essa ferramenta que Andrea colocou que estamos afinando e sair com tablet na rua e não mais usar papel para cadastrar e inserir as informações no sistema e agradece a todos pela atenção. Manara agradece Juarez e passa a palavra para Lucas Lacaz que faz uma sugestão para que seja colocada nas identificações das árvores das praças plaquinhas para dar publicidade ao nome e identificação. Manara explica que foram feitas pesquisas e consultas com para a implantação das plaquinhas e que estamos apenas no começo, e temos certeza que, assim como essa própria divulgação dessa iniciativa, mas principalmente porque no Arboriza São José existe um braço da educação ambiental, que é uma parte importantíssima do processo, razão inclusive da elegibilidade para o reconhecimento do Tree Cities e que vamos avançando com esse aprendizado mútuo, tanto a prefeitura aprender com a população e a população aprender com essa iniciativa da prefeitura. Agradece a sugestão e sugere que os conselheiros entrem no Geosanja, experimentem as inovações trazidas, onde já tem no sistema árvores cadastradas, feiras livres, os pontos de ônibus com wi-fi, vários novas informações acessíveis a toda população, através da plataforma Geosanja. Manara pede aos conselheiros que sejam vetores e que propaguem essa conquista para o cidadão. Na sequência, ainda falando de iniciativas de plantios de árvores. Manara pede a Denison falar

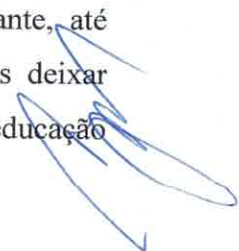
sobre o início do plantio da restauração florestal, no Parque Santa Júlia mas primeiro Juarez vai fazer uma introdução. Juarez começa falando que foi feito um pedido coordenado pelo secretário Manara, onde foram feito dois trabalhos em termos de medidas compensatórias. Um deles foi do Parque Santa Júlia Dois, que é o plantio de treze mil mudas de árvores nativas, onde um levantamento dos termos de compromisso de recuperação ambiental, a pedido do secretário da gestão do prefeito Felício, 2017 a 2020. Foram identificamos nove termos de compromisso, TCRA's a serem cumpridos e que estavam sendo implantados gradativamente. Uma medida compensatória em um único local, devido ao ganho ambiental que daria essa medida compensatória que ao invés de plantar cinquenta, cem ou duzentas mudas na cidade, espalhada, optamos por plantar em um único maciço, formar uma minifloresta com árvores nativas, preferencialmente do cerrado, que é a região do Santa Júlia, inclusive nessa área está sendo recepcionado o termo de compromisso da linha verde, que está sendo construído ainda, mas nós já estamos iniciando, já as medidas compensatórias, nessa explicação que o engenheiro agrônomo Denison está responsável por acompanhar esse projeto. Denison agradece a Juarez pela introdução inicial, se apresenta como engenheiro agrônomo na Seurbs e inicia com a apresentação do projeto do Parque Santa Júlia Dois e que esse projeto tem o objetivo de restaurar o bioma ameaçado, onde é um grande desafio, porque restaurar esse bioma já que detemos pouca tecnologia. Além de preservar a biodiversidade de São José dos Campos, promover a conservação de água e solo da área de Santa Júlia. Honrando os compromissos ambientais do município, através dos TCRA's, o município promove esses serviços ambientais e lazer para a população joseense. Para quem não conhece a área do Santa Júlia, Denison passa aos presentes na plenária um mapa para situar o espaço. Uma região que tem uma grande expansão de urbanização do município. Uma área que está sendo desenvolvido esse projeto. Reforça que utiliza várias ferramentas, inclusive, um banco de dados espaciais e com dados ambientais do estado de São Paulo, que é o Datageo. Essa ferramenta auxilia na formação desses projetos para conhecer um pouco melhor o bioma de São José. Denison informa como foi a metodologia como esse projeto foi concebido, onde inicialmente, a equipe da Seurbs realizou um levantamento na área para identificar essas espécies, qual era a flora local, para se tentar mais de forma mais assertiva na escolha das espécies que iam abranger esse projeto. Ao mesmo tempo em que esse levantamento é feito, observa-se aqueles fatores que estão perturbando, porque que a vegetação, ela não avança no seu grau de regeneração. Então se faz o levantamento dos fatores de degradação. A partir daí nas duas primeiras etapas que consistem do diagnóstico da área, começam a traçar quais serão as estratégias para os métodos de restauração serão utilizados. Que nesse projeto abrangem a



condução de perda, a condução da regeneração natural e o plantio de enriquecimento, assim como também o plantio convencional. Manara passa aos membros que o Parque Santa Júlia, nasceu da discussão no plano diretor da comunidade e a população do entorno, cerca de trinta mil pessoas que não tinham acesso a nenhuma área de lazer, nenhuma área pública próxima. Então nasceu no plano diretor o Parque Santa Júlia, ele imediatamente começou a receber investimentos de medidas compensatórias a Via Cambuí. Manara espera que já estejam concluídos em breve, talvez para no mês de junho, uma primeira etapa de uma área de lazer inovadora, uma área bem legal que está sendo construída no parque. Já foram feitos o plantio de dois pomares do programa de pomares nativos educativos. Esse Parque Santa Júlia está recebendo uma série de esforços e investimentos, para tornar realidade àquilo que a população, na sua manifestação nas audiências públicas, nos documentos, nas lideranças que trouxeram demandas no debate do plano diretor, assim foi consolidada como parque linear e já surgiu com esses investimentos e com essa estrutura.

Denison dá continuidade a apresentação com imagens da parte mais alta do terreno com vista do Jardim Santa Júlia e o lago que essa região possui ao centro. Essa área possui, aproximadamente, oito vírgulas seis hectares para o projeto de restauração. Em média de três mil mudas serão alocadas nesse projeto e apresenta duas fisionomias de cerrado, que são recorrentes na área do Santa Júlia, que é o cerrado típico e o cerradão. No local temos a roupala montana, uma espécie considerada no livro das espécies ameaçadas de extinção do estado de São Paulo, está classificada como uma espécie que está vulnerável, e foi encontrada no sub-bosque de cerradão, uma espécie bem difícil de ser encontrada e identificada, por outras peculiaridades que ela possui. Também ilustra e traz para a plenária a douradinha do cerrado uma espécie que a se vê com menos recorrência aqui nos cerrados de São José dos Campos. Quando é feito pela equipe um diagnóstico da área, identificamos esses fatores de perturbação, dentre eles, foi à presença de espécies exóticas, principalmente o eucalipto. Um trabalho em parceria com a SMC, Secretaria de Manutenção da Cidade, foi estabelecido com a Seurbs, à remoção desses eucaliptos, foi feito o cercamento da área e o controle das formigas cortadeiras e informa também que já foram executados as ações de demarcação dos berços de plantio, a calagem, adubação orgânica, inorgânica, o uso de hidrogel e o plantio. Finaliza a apresentação com agradecimento a todos. Manara informa que esteve na área e recomenda aos conselheiros que vão ao local para ver o trabalho que está ficando muito legal. E conheçam também do Parque Santa Júlia, do potencial desse parque linear, que vai receber ainda outras três fases, como medida compensatória de uma das fases

da Via Cambuí que prevê a implantação em quatro anos, um módulo por ano. Um novo chamamento para a segunda fase da implantação da estrutura de parque. Manara pede que Juarez finalize a apresentação, e ele complementa a informação de que estão sendo plantadas as mudas de árvores nativas, irá receber um poço de monitoramento do lençol freático e será construído pelo DAE. O DAE irá construir no estado de São Paulo dois poços de monitoramento de água subterrânea. A nossa região vai receber esse poço, para monitoramento desse grande lençol, que é de todo Vale do Paraíba. Com a palavra Ricardo Law que informa estar acompanhando o que está acontecendo e pergunta a equipe da Seurbs, que estão implementando o parque e dentro da proposta todo esse trabalho, todo esse material produzido e essa execução de todo esse projeto, se isso está sendo encaminhado as escolas da região embora em função de toda a restrição que estamos vivendo, as escolas e os professores podem receber esse material e discutir isso com os alunos em sala de aula ou remotamente? Acredita que temos que dar mais voz, mais publicidade ao que está sendo feito. Manara responde que com relação à Santa Júlia Um e Santa Júlia Dois, na verdade, chamamos de Santa Júlia Dois a área destinada a restauração florestal. Ela compõe o mesmo parque. Essa área recebeu o nome de Santa Júlia Dois para diferenciar. E quando falávamos do Santa Júlia, um é o esforço de obra de implementação das estruturas de lazer do parque, que está sendo feito no Santa Júlia, abaixo do lago. E na montante do lago, na nascente, é o Santa Júlia Dois. Com relação ao envolvimento comunitário, desde a concepção do projeto, que não estava em tempo de pandemia, foram feitas três reuniões comunitárias à noite, com toda população para discutir os equipamentos públicos. Estiveram presentes lideranças, como presidente da associação de bairro, com moradores, em torno de sessenta a setenta pessoas. Um amplo processo de discussão para consolidação do parque linear Santa Júlia. Foi uma experiência muito positiva, porque foi uma demanda que nasceu do ensejo, da vontade, da reivindicação da comunidade que durante as audiências do plano diretor, já nasceu com essa legitimidade da participação popular, da questão que é transparente e democrática. Todos esses movimentos, inclusive o próprio projeto técnico de implantação foi apresentado. Em um segundo esforço, quando dos plantios dos pomares, foi feito um trabalho já durante a pandemia, com todas as cautelas, mas chamando a população do entorno para participar do plantio, porque esses pomares dependem essencialmente do cuidado, do zelo do morador do entorno, e com esforços da educação ambiental com o plantio em áreas urbanas, nós tenhamos a comunidade assumindo pelo zelo. Com relação às escolas, interessante, até mesmo para reconhecimento das especificidades desse bioma do cerrado. Vamos deixar registrado que levaremos ao secretário Jones para que se possa através da área de educação



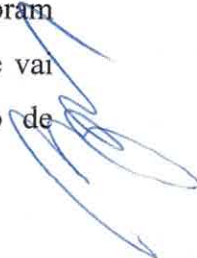
ambiental da DGA exercitar, na forma do possível vamos envolver as crianças das escolas no entorno, para que participem, seja colocando adubo na planta, olhar e ver como está o desenvolvimento dela, para os professores realmente poder trabalhar o reconhecimento do seu entorno, da sua comunidade, do bioma das especificidades. Lucas Lacaz pergunta de onde vieram essas as espécies de treze mil árvores que estão sendo plantadas e se são espécies do cerrado? Manara responde que todas as áreas têm a sua rotina de manutenção. Outro fator que deve ser levado em consideração é a vantajosidade econômico-financeiro de uma atividade pesada para os cofres municipais. Tudo isso tem que ser levado em consideração, porque é o dinheiro do munícipe que está sendo investido. Então, trocar uma operação mecanizada de manutenção, de roçada, em que tenha uma alta performance e eficiência da limpeza e da roçada por outra atividade que seja manual ou outro substitutivo. A Secretaria de Manutenção da Cidade investe milhões de reais por ano para manutenção de todas as áreas verdes, todos os passeios, todas as praças. Então seria impraticável transformar tudo em operação manual, para que tivéssemos uma menor compactação. É lógico que a compactação é um problema, mas também na escolha das espécies, ela leva em consideração espécies que tenha um desenvolvimento particular mais agressivo, para romper essas camadas compactadas. Observa-se que em termos de desenvolvimento das mudas implantadas em arborização urbana, ela não tem o efeito de envase, ela não vai se transformando em um bonsai, quer dizer que o sistema radicular encontrou um ambiente propício para o seu desenvolvimento. Agradece a sugestão de Lucas e passa para o próximo assunto com a engenheira Grazi que passa a informar sobre a continuidade do programa de descontaminação biológica do entorno do córrego do Vidoca. Grazi se apresenta, cumprimenta a todos e faz um breve informe sobre o projeto de descontaminação de espécies exóticas invasoras. Como exemplo informa que domina a espécie Leucena, ela foi trazida na época de 1940, é uma grande forrageira e foram trazidas para implementar as pastagens. Ela é uma leguminosa, conseqüentemente não havendo um manejo, ela vai se proliferando e disseminando. Ela dissemina muito rápida e com tudo isso houve alguns problemas. Essa espécie é originária do México e hoje ela está entre as cem piores espécies exóticas invasoras do mundo. Com tudo isso ela ameaça totalmente o desenvolvimento das nossas espécies nativas, essa vantagem competitiva, não é diversidade e na sua agressividade que ela tem de disseminar muito rápido. Ela representa uma contaminação biológica muito grande, causando o empobrecimento dos nossos ecossistemas e com isso a perda das nossas variabilidades genéticas e da nossa diversidade. Ela constitui um problema global, sendo consideradas algumas as principais causas da extinção de espécies nativas no nosso planeta. Grazi mostra

uma imagem de parte de um reflorestamento de espécies nativas e onde tem um agrupamento dessas espécies exóticas da Leucena. Esse local é o Vidoca, onde nós estamos dando a continuidade desse programa de descontaminar essas espécies. Esse agrupamento se encontra em uma área particular, fora de APP, fora dos seus 30 metros. Como já dito ele fica ao lado de um reflorestamento, que a prefeitura executou dessas espécies. Grazi informa que como está fora da APP consultado o órgão estadual CETESB, a execução pode ser feita pelo próprio município. Assim informa que já está sendo erradicada essa espécie para que haja liberdade das espécies nativas desenvolverem melhor. Dessas retiradas e supressões das Leucenas, que estão próximos até mesmo de um reflorestamento de espécies arbóreas nativas. Grazi agradece a atenção de todos. Manara agradece Grazi pela apresentação e lembra que essa iniciativa tem um esforço educativo muito forte, que existem outras com esse problema de contaminação por Leucena. Lembra que já foi discutido no colegiado, com mais ênfase à época da discussão do bosque da Tívoli, da importância de se ter uma visão, um olhar diferenciado, por essas espécies que têm essa classificação de invasora, têm esse comportamento invasor. Na época se discutiu essa questão da importância da função ecológica de uma espécie que tem um comportamento, como a Grazi demonstrou, um comportamento agressivo. Lembra que as espécies exóticas invasoras é a segunda maior causa de perda de habitats e ameaça as espécies do mundo. Então não é possível, que se tenha um acolhimento, por ser uma espécie vegetal, mas que merece sim, ter um tratamento diferenciado pelo seu efeito agressivo e de degradação. A presença da Leucena indica degradação do meio e não proteção ao meio, por isso que acompanhamos ao longo do Senhorinha, que é um contribuinte do Vidoca, e podemos perceber que existe, no Senhorinha, naquela mata do lado do Oba, uma presença muito acentuada de Leucena que impedem a espécie nativa de se estabelecer. E quando se trata de beira de um córrego, as sementes são transportadas também, pelas águas e vão contaminando. Então esse projeto não é um projeto que objetiva o esforço do objetivo em erradicar do território de São José dos Campos essa espécie, mas tão somente manter um trabalho contínuo, de descontaminação, com finalidade de educar a população de que há espécie sim, que comprometem a qualidade ambiental, embora sejam seres vivos e alguns queiram abraçar. Temos que manter essa atividade dentro de um caráter educativo. Com a palavra Juarez complementa que próximo do Cambuí, do Atacadão na Vila Industrial, tem uma plantação de Leucena impressionante. Ela se espalhou ali de tal forma que prejudica todo o meio ambiente. O Instituto Ambiental do Paraná, por exemplo, publicou uma lista de mais ou menos 25 espécies exóticas invasoras, não recomendadas para arborização urbana. Mais de quinze espécies tóxicas não indicadas na

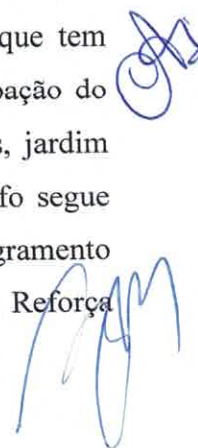


arborização e também uma lista de espécies já está publicado no manual de arborização urbana de Londrina, onde consta, inclusive, a Leucena que faz parte da lista. A Conselheira Fernanda Fowler pergunta quantas árvores serão cortadas nesse trabalho. Juarez responde que não tem um número, pois as Leucenas, como ela se agrupa muito, ficam quase que coladas uma na outra, mas informa que fará uma estimativa. Manara continua dizendo que o esforço também não é só erradicar árvore, mas a sim a sua regeneração. Confirma o que Juarez informou, que quando se olha em baixo tem 300 indivíduos por metro quadrados, em fase ainda de plântula e muda. Esse esforço é para evitar que elas se estabeleçam e principalmente que voltem a frutificar, porque daí solta outra leva de sementes e tem capacidade e poder germinativo. E assim como aquela semente ela vai germinar novamente, esse trabalho tem que ser contínuo. Fernanda Fowler quer saber se haverá compensação ambiental no momento desse projeto. Manara diz que não, e lembra que Grazi falou que a maior parte dessas áreas particulares e com seus respectivos projetos. Mas na área que é pública, não serão realizados o plantio. No local onde está feito a retirada das leucenas foram plantadas em torno de um mil e trinta e cinco mudas de árvores, por isso a atenção especial, para não permitir que a Leucena domine. Manara passa para o próximo assunto, solicita que Juarez fale sobre o Dia Mundial da Água, do programa Nascente quinze anos. Juarez inicia falando que a comemoração do Dia Mundial da Água se dá no dia 22 de março a comemoração do Dia Mundial da Água e nós tivemos também, os quinze anos do programa Revitalização das Nascentes, que é um programa da Seurbs, Departamento de Gestão Ambiental, com a divisão de educação ambiental. Foi feito o lançamento de um livro, desenvolvido um selo comemorativo e também neste dia foi assinado um convênio com uma empresa que adotou uma nascente. Foi criada com a equipe de educação ambiental e o departamento de comunicação da prefeitura, uma nova identidade visual com logomarca do programa. Juarez apresenta algumas fotos do dia da live, com a presença do prefeito, secretário de educação, secretário do meio ambiente Manara, a professora Fabiana da Unesp, a equipe da DGA também esteve presente. Mostra também o representante de uma empresa que assinou um termo de compromisso de preservação de uma nascente em São Francisco Xavier. A seguir foi o lançamento do livro "As Nascentes e as Cidades". Um livro disponível para ser baixada online, a impressão está sendo providenciada também. Foi publicado em dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e um o Decreto 18.748, que institui o subprograma denominado "Nossa Nascente". Esse decreto foi assinado pelo prefeito, está disponível para que empresas queiram ser parceiras do programa de revitalização das nascentes, possam adotar uma nascente e aí desenvolver um trabalho em parceria com a prefeitura. Uma reunião com os professores.

justamente para trabalhar a questão da educação ambiental do programa de revitalização das nascentes. Juarez conclui que o programa de revitalização das nascentes, junto com outros programas da divisão de educação ambiental, como hortas comunitárias, pomares educativos nativos o projeto de abelha sem ferrão, que estamos começando também. Um leque grande do programa de educação ambiental. Finaliza a apresentação e passa a palavra para Manara que se prontificou a conversar o Jones Secretário da Educação para fazer essa integração do projeto de educação junto a toda rede escolar municipal. Manara enaltece como um dos projetos mais significativos em São José dos Campos, no tema ambiental, o programa nascentes, por fazer quinze anos. Infelizmente no cenário político no nosso país é comum desconstruir o que o outro fez aquela história que não tem continuidade e esse é um programa belíssimo, um programa que envolve efetivamente toda rede de ensino no município. É um programa que perpassa as várias gestões ao longo dos seus quinze anos, isso muito em razão da garra, da dedicação da equipe de educação ambiental, da DGA, porque depende essencialmente também dessa vontade de todos os profissionais que estão debruçados para fazer isso acontecer. Um grande momento desse programa foram seis mostras de vídeos, com mais de cem vídeos produzidos, disponíveis no Youtube. E culminando agora, com uma publicação de um livro, Manara parabeniza toda a equipe envolvida na publicação. Esse projeto do livro foi divulgado na Anama, da Associação Nacional dos Gestores Públicos em Meio Ambiente, que Manara é diretor por São Paulo. A repercussão foi maravilhosa, tanto do programa Nascentes como também do livro. Agora com uma parceria possível com empresas, com ONGs, com interessados em adotar nascentes, uma iniciativa muito reconhecida por vários colegas gestores e de Secretarias Municipais em Meio Ambiente pelo Brasil. Manara passa a palavra para Rodolfo e Ana Cândida que irão apresentar a modernização do Código de Obras de 2003. Tivemos várias discussões internas, mais uma vez vocês vão poder perceber aqui como um Conselho de Meio Ambiente, a grande oportunidade que se deu em razão da junção de urbanismo e sustentabilidade. Foi construída uma minuta e uma proposta que já foi apresentada ao CMDU. Um projeto que cabe aos conselheiros e as instituições que representam quiserem discutir e debater com contribuições para esse Código de Obras e na reunião de treze de maio voltará com esse assunto. Com a palavra Rodolfo que cumprimenta a todos, explica que é uma sequência natural a aprovação do Plano Diretor e a Lei de Zoneamento de 2019, agora com a atualização do Código de Edificações, incorporando novas tecnologias, novas tendências e consolidar os critérios de sustentabilidade que foram definidos tanto no plano diretor, quanto na Lei de Zoneamento. Rodolfo esclarece que vai apresentar o resumo dos itens de sustentabilidade definidos para o novo Código de



Edificações. O código é um texto de lei extenso e específico para as áreas de engenharia e arquitetura, para aqueles que tenham o seu dia a dia voltado à aprovação de projetos e o Plano Diretor, a Lei de Zoneamento, elas dão uma noção da espacialização da cidade, como vão ficar distribuídos os bairros, as regiões, as zonas de uso, o que pode e o que não pode em cada região. O código vem para disciplinar o item isolado, o lote, a gleba, aquela matrícula, aquele carnê de IPTU, aquele imóvel. Como as pessoas assimilam, resumem, interpretam o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento, esses limites, a partir da técnica construtiva, além das penalidades previstas na lei. O Código de Obras, ele regra como aprovar os projetos, de que forma os projetos vão ser apresentados, em que formato, que tipologia e também prevê as penalidades para aqueles que não atendem a legislação. Rodolfo informa que o alinhamento com o Plano Diretor e com a Lei de Zoneamento, é o incentivo a arquitetura bioclimática nas edificações, com projetos dos edifícios levando em consideração as condições climáticas de cada área, de cada região da cidade, visando harmonização das construções com o meio ambiente, otimizar, a utilização de recursos naturais disponíveis, como sol, vegetação, chuva e ventos, minimizar os impactos ambientais e com um objetivo de gerar o conforto e redução de consumo energético. Com a palavra a Arquiteta Ana Cândida da Seurbs, que complementa o que Rodolfo apresentou e que o foco na parte de sustentabilidade, já que o código, ele visa que as edificações atendam as questões de salubridade, de habitabilidade, então ele está sendo modernizado. Continua Rodolfo a exemplificar os regramentos propostos para o novo código, utilização de brises, madeira de reflorestamento, tijolo ecológico, materiais com revestimento mais claro, objetivando o reflexo, com menos absorção de energia, as tintas ecológicas. É necessário promover um alinhamento com os construtores da cidade, para utilização dessas técnicas para que promovam a sustentabilidade. A utilização de equipamentos e sistemas que venham a promover essa nossa busca de construções mais sustentáveis para o município. A argila expandida, as janelas mais altas, a telha isolante, a telha translúcida, claraboias, placas fotovoltaicas e compostagem, coleta seletiva, itens de aquecimento solar, a tinta de terra, a cisterna. Em relação até aos painéis de placas fotovoltaicas. Agora existe já a possibilidade de utilização da própria telha para ter essa função de geração de energia na unidade habitacional, ou no seu comércio, ou no galpão industrial. Segue dando alguns exemplos do que tem previsto como itens de sustentabilidade na nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, popularmente conhecida como Lei de Zoneamento, que são os tetos verdes, jardim vertical de reuso de água de chuva e os paços verdes entre as edificações. Rodolfo segue novamente replicando a respeito do painel fotovoltaico, os jardins e consolidar o regramento para utilização dessas técnicas sustentáveis, já previstas na nova Lei de Zoneamento. Reforça



que o objetivo e desafio é conseguir incorporar técnicas de conscientização nos construtores da cidade, por meio dos artigos que estão sendo inseridos no Código de Obras. O objetivo será a rapidez na aprovação dos projetos, um desafio para garantir uma velocidade e a desburocratização dos procedimentos, buscando uma automatização. Conclui que faz parte do plano de governo, do prefeito Felício por esses quatro anos, a automatização de expedição de diversos documentos, entre eles aprovação de projeto e o Habite-se, são metas que nós estamos buscando e precisamos do texto legal e o poder público tem a obrigação de fazer aquilo que está escrito na lei, não estando contemplado no texto legal, fica difícil aplicação de qualquer inovação. Então o objetivo é inserir no código de obras itens nos artigos, que promovam celeridade, a desburocratização e automatização dos procedimentos objetivando um selo, buscando a certificação das construções para uma "São José mais Sustentável". A apresentação continua com Ana Cândida que informa que a ideia é que as edificações adotem tecnologias sustentáveis, para que toda edificação venha a atingir uma pontuação mínima. Comunica que existe a previsão de um decreto que vai ter uma lista de tecnologias sustentáveis e que toda nova edificação vai ter que atingir uma pontuação mínima e quem atingir uma pontuação maior ganha o selo de "São José mais Sustentável" e que futuramente poderia ser tratado através de uma lei específica. Essa pontuação de arquitetura sustentável haveria mais agilidade na análise do empreendimento. Finaliza apresentando alguns itens de soluções e tecnologias sustentáveis, que totalizariam 200 pontos como: ventilação cruzada, sombreamento de fachadas envidraçadas, equipamentos economizadores de água, reuso de água pluvial, aquecimento solar e até a própria certificação ambiental. Esse empreendimento ela atingindo a pontuação necessária ela recebe o Selo de Arquitetura Sustentável Municipal. Manara complementa a apresentação e resume que toda edificação terá que atender a pontuação mínima de 50 pontos, o que já é um desafio e se o projeto apresentado pontuar 100 pontos ou mais, ele faz jus a entrar no fast tracking. Assim tem se a garantia de que a equipe colocará o projeto na frente para analisar. Ele estará numa linha de prioridades, em detrimento daquele que não atingiu 100 pontos. Rodolfo leva ao conhecimento dos membros que o texto está aberto para discussão, que irá acolher sugestões e que já foi constituída no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano uma câmara técnica com previsão de reuniões já com datas marcadas com a associação de engenheiros e arquitetos, exatamente para discutir e acolher as ideias. Manara agradece a apresentação de Rodolfo e Ana e abre para manifestações. Com a palavra Fernanda Fowler da OAB, agradece o espaço e faz uma sugestão sobre o Selo de Arquitetura Sustentável, como uma ótima ideia e sugere a manutenção de árvores dentro do projeto para que ela também pontue. Desonerar através de

um benefício no IPTU, a título de sustentabilidade por ela também ser beneficiada pelo fato de estar ajudando a cidade. Quando mantemos uma árvore, ela está beneficiando uma porção de serviços ecossistêmicos. Então gostaria de saber uma data exata. Manara responde a Fernanda que é ótima à ideia de manutenção das árvores como critério. Manara passa a palavra para Ricardo Law que parabeniza pela iniciativa de tecnologia sustentáveis na arquitetura da nossa cidade e essa preocupação em trazer para um código de obras e inserir na legislação municipal com algumas isenções, em relação aos tributos de IPTU. Ricardo Law finaliza sugerindo que a Urbam crie e instale uma fábrica de madeira plástica, isso evitaria a derrubada de árvores, a destruição da natureza e evita que o lixo e os resíduos sejam enterrados. Manara informa a Ricardo Law que irá disponibilizar o material completo, não só do resumo da sustentabilidade, mas o material também que foi apresentado no CMDU, que tem outros parâmetros, outras abordagens do ambiente construído. Nossa nova empreitada agora é levar para obras públicas o agregado reciclado da construção civil. Porque nós sabemos que o poder público, como grande comprador que é no mercado, vamos contribuir para atratividade de investimento, seja uma indústria de madeira plástica, ou coisa parecida. Mas também as recicladoras de RCC, essa é outra demanda que temos que está no plano de governo do prefeito Felício. A madeira plástica desde 2017 estão em nossos equipamentos dos parques. Toda equipe de projetos especiais já desenvolve agora no Código de Obras, colocando essas pontuações. Manara passa a palavra para Fabiana que parabeniza o trabalho da Ana, Rodolfo e equipe. Coloca à disposição a Aconvap, se houver uma câmara técnica, de preferência se for trabalho online. Informa que já abriu consulta a seus associados e tão logo obtenha as respostas, estará encaminhando as propostas e considerações sobre o tema. Fernanda Fowler pergunta sobre a previsão, à meta para entregar esse código de obras? Manara informa que a pretensão será até o final de maio já esteja o código pronto. Assim tem mais de mês e meio para discussões, porque como o Rodolfo falou estamos aprimorando, modernizando o Código de Obras. Parte-se de uma base de conhecimento dos profissionais que atuam no mercado. Nós já temos já a contribuição da AEA, através do presidente Carlos Vilhena, para a colheita de contribuições e sugestões. Então a previsão é para que no final de maio possamos ter esse documento pronto. Manara responde a respeito da proposta da conselheira Fernanda, da criação de uma câmara técnica. Sugere dois caminhos, o de incorporar em uma só câmara técnica a CMDU e o Comam. O Rodolfo está presidindo a câmara técnica constituída no CMDU, os conselhos que têm olhares diferentes, embora próximos, embora alinhados para o bem de São José dos Campos, mas cada um tem a sua especificidade e a sua ansiedade de discussão do Código de Obras. Sugere ser mais vantajoso

nos dedicarmos, dentro do conselho de meio ambiente, para que essa matéria da sustentabilidade tenha uma pauta mais direcionada, tenha um momento da maior discussão. Então a primeira análise é essa. O de incorporar a câmara técnica CMDU/COMAM, ou o Comam ter a sua própria câmara técnica? Manara abre para manifestação. Fabiana com a palavra informa que tendo por base a experiência que teve na câmara técnica de zoneamento, acredita que seja mais proveitoso incorporar, vez que já aconteceu da equipe ter que discutir o mesmo assunto com duas câmaras e depois, a partir do momento que se juntou em uma, ficou mais produtivo. Andrea também opina por ter uma única câmara técnica, considera que se unificar de dois conselhos é mais interessante, pois não são analisados e produzidos dois documentos em contribuição, quando na verdade trabalhar com um grupo que trabalhe em um único documento agiliza o processo e existe maior troca, as pessoas vão se integrar nessa câmara técnica. Então eu sugiro que unifique. Manara esclarece que as câmaras técnicas para ela ser produtiva, tem se trabalhado com um limite de participação de seis integrantes, três da prefeitura e três da sociedade civil. Manara então pergunta quem tem interesse em participar dessa câmara técnica unificada, lembrando que as reuniões irão ocorrer durante o horário de trabalho, no vai ocorrer no período noturno. Manara confirma Fabiana, Fernanda e Valdirene como representantes da sociedade civil. Para finalizar Manara agradece Rodolfo e Ana Cândida, pelo trabalho, bem desafiador com os temas abertos aos debates, mas com a garantia de que a sustentabilidade possa ter uma pauta dominante na câmara técnica. Lembrando que não somente no Código de Obras que nós estamos tratando, mas a equipe está empenhada em discussão, junto com a Secretaria de Assuntos Financeiros, que precisamos modernizar alguns assentos normativos e princípios que regem a questão tributária, para que se possa trazer a sustentabilidade com modernidade do ponto de vista dos tributos que incidem a forma de cálculo IPTU e tudo mais. É importante que os conselheiros do Comam levem a pauta de sustentabilidade para essa discussão na câmara técnica, para aprimorar, para melhorar, para ampliar os seus efeitos do ambiente construído, com sustentabilidade e qualidade ambiental. Nada mais a tratar, o Presidente Manara agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião e eu, Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.

Marcelo Pereira Manara

Presidente

Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva